



PRIMAVERA DO LESTE - MT

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
DO LESTE - MATO GROSSO**

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

EDITAL Nº 001/2026

CÓD: OP-006JL-26
7908403597765

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto verbal e/ou não verbal, literário e/ou não literário	9
2. Tipologia textual	10
3. Funções da linguagem	10
4. Coesão e Coerência.....	13
5. Sintaxe: frase, oração, período (termos de orações)	14
6. Concordância verbal e nominal	15
7. Morfologia: Classes de palavras, letras e formas; Empregos das classes de palavras	17
8. Pontuação	25
9. Acentuação gráfica.....	26
10. Ortografia.....	27
11. Noções de literatura (conceito e linguagem literária: figuras de linguagem)	28
12. Crase	29
13. Semântica: Significação das palavras	30

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Raciocínio lógico numérico: Resolução de problemas envolvendo números reais.....	39
2. Conjuntos.....	40
3. Porcentagem.....	42
4. Sequências e padrões (com números, figuras ou palavras)	44
5. Raciocínio Lógico: Proposições. Conectivos. Negação. Equivalência e implicação lógica	46
6. Argumentação lógica	51
7. Estruturas Lógicas	55
8. Problemas de contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos. Combinações. Permutações	59
9. Noções de probabilidade.	61

Conhecimentos gerais e legislação

1. Fundamentos históricos e geográficos do Brasil; Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro; Os recursos minerais e energéticos brasileiros, produção e consumo, conservação e esgotamento	69
2. República Velha (1889 e 1930)	77
3. A Revolução de 1930 e a Era Vargas; O Estado Novo (1937 a 1945); República Liberal-Conservadora (1946 a 1964)	83
4. Governos militares.....	87
5. A Nova República; Brasil Contemporâneo	91
6. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais	95
7. Aspectos históricos e geográficos do Município	96
8. Constituição Federal de 1988 e suas alterações (arts. 1º a 14, arts 37 a 43 e arts 196 a 200)	98
9. Lei Orgânica Municipal (e suas alterações)	117

ÍNDICE

10. Lei Municipal nº 679 de 25 de setembro de 2001– Estatuto do Servidor Municipal de Primavera do Leste (e suas alterações)	144
--	-----

Noções de informática

1. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática. tipos de computadores, conceitos de hardware e de software, instalação de periféricos	167
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office, versões 2010, 2013 e 365).....	170
3. Noções de sistema operacional (ambiente Windows, versões 10 e 11 pro).....	186
4. Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação. Sítios de busca e pesquisa na Internet.....	194
5. Ferramentas Google: Gmail; Google Meet; Google Documentos; Google Planilhas; Google Drive; Google Agenda	197
6. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	206
7. Segurança da informação: procedimentos de segurança. Noções de vírus, Worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.).....	209
8. Procedimentos de backup	210

Noções básicas de políticas educacionais

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96: princípios, fins e organização da Educação Nacional; níveis e modalidades de Educação e Ensino	217
2. As diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental	236
3. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069 de 1990	246
4. Documento de Referência Curricular de Primavera do Leste-MT (Decreto nº 2.587, de 24 de outubro de 2025, e suas alterações).	286
5. O atendimento educacional especializado - AEE	288
6. Articulação entre escola comum e educação especial: ações e responsabilidades compartilhadas; Sala de Recursos Multifuncionais	291
7. Plano Nacional da Educação 6. Plano Municipal de Educação (Lei nº 1.555 de 24 de junho de 2015, Lei nº 2.322, de 03 de abril de 2025, e suas alterações).....	295

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Física

1. A educação física no Brasil - sua história	313
2. A importância social da Educação física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social.....	318
3. Desenvolvimento psicomotor	323
4. As relações entre a Educação Física e as outras disciplinas	328
5. Conhecimento das regras dos esportes em geral e treinamentos.....	333
6. Desportos: regras; organização de competições e aprendizagem dos principais desportos (natação, futebol, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, atletismo e outros).	339
7. Recreação: jogos tradicionais; jogos espontâneos e dirigidos; jogos pré-desportivos; educação para o lazer	345
8. Treinamento desportivo: crescimento na criança e no adolescente; diferenças psicofísicas entre idades; treinamento da criança e do adolescente; princípios científicos do treinamento.....	350

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO VERBAL E/OU NÃO VERBAL, LITERÁRIO E/OU NÃO LITERÁRIO

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

AMOSTRA

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

TIPOLOGIA TEXTUAL

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia

textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

FUNÇÕES DA LINGUAGEM

Para compreender como ocorre o processo comunicativo, é fundamental conhecer os elementos que o constituem. Cada um deles tem um papel específico, e a interação entre eles possibilita a transmissão e a recepção da mensagem. Os elementos da comunicação são seis, conforme proposto por Roman Jakobson, um dos mais influentes linguistas do século XX. A seguir, detalhamos cada um deles:

► Emissor

O emissor é a pessoa ou entidade que envia a mensagem. É o ponto de partida da comunicação, aquele que codifica a informação com o intuito de transmiti-la ao receptor. O emissor pode ser tanto um indivíduo quanto um grupo, uma organização ou qualquer outro ente que tenha a intenção de comunicar algo.

Ex.: Em uma palestra, o palestrante é o emissor da mensagem que será transmitida ao público.

► Receptor

O receptor é o destinatário da mensagem, aquele que a recebe e a interpreta. A compreensão do conteúdo depende da capacidade do receptor de decodificar o que foi transmitido pelo emissor. Assim como o emissor, o receptor pode ser uma pessoa, um grupo ou uma entidade.



RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

RACIOCÍNIO LÓGICO NUMÉRICO: RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO NÚMEROS REAIS

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

O raciocínio lógico numérico com números reais envolve a interpretação de situações-problema que utilizam operações como adição, subtração, multiplicação, divisão, porcentagens, proporções, médias e comparações entre valores. Para resolver esse tipo de questão, é importante identificar os dados fornecidos, compreender o que está sendo pedido e aplicar as operações adequadas com atenção aos detalhes do enunciado.

1. Em uma promoção, o preço de um produto foi reduzido de R\$ 250,00 para R\$ 212,50. Qual foi o percentual de desconto aplicado?

- (A) 10%
- (B) 12%
- (C) 15%
- (D) 17,5%
- (E) 20%

Resolução: A diferença entre os preços é $250 - 212,50 = 37,50$.

Agora, calculamos o desconto em relação ao preço inicial: $37,50 \div 250 = 0,15$.

Transformando em porcentagem: $0,15 = 15\%$.
resposta: C

2. Um número real x somado ao seu dobro resulta em 45. Qual é o valor de x ?

- (A) 10
- (B) 12
- (C) 15
- (D) 18
- (E) 20

Resolução: O número é x e seu dobro é $2x$.

Então: $x + 2x = 45$.

Logo, $3x = 45$.

Dividindo por 3: $x = 15$.

resposta: C

3. Em uma viagem, um carro percorreu 180 km consumindo 12 litros de combustível. Mantendo o mesmo consumo médio, quantos litros serão necessários para percorrer 300 km?

- (A) 18 litros
- (B) 20 litros

- (C) 22 litros
- (D) 24 litros
- (E) 25 litros

Resolução: Primeiro, calculamos o consumo por litro: $180 \div 12 = 15$ km por litro.

Para percorrer 300 km, fazemos: $300 \div 15 = 20$.

Portanto, serão necessários 20 litros.

resposta: B

4. Um trabalhador recebe R\$ 1.800,00 por mês. Se ele gastar $\frac{2}{5}$ desse valor com aluguel, quanto sobrá do salário?

- (A) R\$ 720,00
- (B) R\$ 900,00
- (C) R\$ 1.000,00
- (D) R\$ 1.080,00
- (E) R\$ 1.200,00

Resolução: Calculamos $\frac{2}{5}$ de 1.800: $1.800 \div 5 = 360$ e $360 \times 2 = 720$.

Ele gasta R\$ 720,00 com aluguel.

Então, o valor que sobra é: $1.800 - 720 = 1.080$.

resposta: D

5. A soma de três números reais consecutivos é 96. Qual é o maior desses números?

- (A) 31
- (B) 32
- (C) 33
- (D) 34
- (E) 35

Resolução: Chamamos os números de x , $x + 1$ e $x + 2$.

Então: $x + x + 1 + x + 2 = 96$.

Logo, $3x + 3 = 96$.

Assim, $3x = 93$ e $x = 31$.

Os números são 31, 32 e 33. O maior é 33.

resposta: C

6. Uma conta de R\$ 480,00 será dividida igualmente entre 6 pessoas. Porém, duas pessoas desistiram de pagar. Quanto cada uma das pessoas restantes deverá pagar?

- (A) R\$ 80,00
- (B) R\$ 96,00
- (C) R\$ 100,00
- (D) R\$ 120,00
- (E) R\$ 160,00

Resolução: Inicialmente seriam 6 pessoas, mas 2 desistiram.

Restam 4 pessoas para pagar a conta.

Então: $480 \div 4 = 120$.



AMOSTRA

Cada pessoa restante deverá pagar R\$ 120,00.

resposta: D

7. Um número real foi multiplicado por 4 e, em seguida, recebeu acréscimo de 9, resultando em 57. Qual era esse número?

- (A) 10
- (B) 11
- (C) 12
- (D) 13
- (E) 14

Resolução: Chamamos o número de x .

Segundo o enunciado: $4x + 9 = 57$.

Subtraindo 9 dos dois lados: $4x = 48$.

Dividindo por 4: $x = 12$.

resposta: C

8. Uma loja vendeu um produto por R\$ 360,00, obtendo lucro de 20% sobre o preço de custo. Qual era o preço de custo desse produto?

- (A) R\$ 280,00
- (B) R\$ 288,00
- (C) R\$ 300,00
- (D) R\$ 320,00
- (E) R\$ 340,00

Resolução: Se houve lucro de 20%, o preço de venda corresponde a 120% do preço de custo.

Assim, 360 representa 1,2 do custo.

Calculamos: $360 \div 1,2 = 300$.

Portanto, o preço de custo era R\$ 300,00.

resposta: C

CONJUNTOS

TEORIA DOS CONJUNTOS

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

► Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras. Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos destes conjuntos por letras minúsculas. Vejamos as principais formas de representação:

- Os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

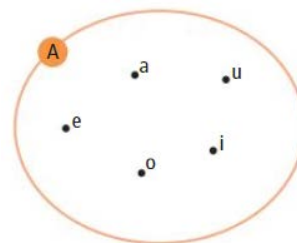
$$A = \{a, e, i, o, u\}$$

- Os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$$

Este símbolo significa tal que.

- Os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



► Relação de pertinência

Usamos os símbolos $\in$ (pertence) e $\notin$ (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

► Tipos de Conjuntos

- **Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.
- **Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por $\emptyset$ ou, simplesmente $\{ \}$.
- **Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.
- **Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.
- **Conjunto Infinito:** contrário do finito.

► Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre conjuntos com conjuntos, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

$\subset$	está contido
$\supset$	contém
$\not\subset$	não está contido
$\not\supset$	não contém

► Igualdade de conjuntos

- Dois conjuntos a e b são iguais, indicamos $a = b$, quando possuem os mesmos elementos.
- Dois conjuntos a e b são diferentes, indicamos por $a \neq b$, se pelo menos um dos elementos de um dos conjuntos não pertence ao outro.

► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B , dizemos que A é subconjunto de B .

Exemplo: $A = \{1, 3, 7\}$ e $B = \{1, 2, 3, 5, 6, 7, 8\}$.

CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO BRASIL; INTERAÇÃO ENTRE O CLIMA, A VEGETAÇÃO, O RELEVO, A HIDROGRAFIA E O SOLO NO ESPAÇO NATURAL BRASILEIRO; OS RECURSOS MINERAIS E ENERGÉTICOS BRASILEIROS, PRODUÇÃO E CONSUMO, CONSERVAÇÃO E ESGOTAMENTO

ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO BRASIL

► As Regionalizações do Território Brasileiro¹

A regionalização corresponde ao processo de divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, definidas a partir de critérios previamente estabelecidos, como aspectos naturais, econômicos, políticos ou culturais. Essa prática permite identificar diferentes porções do espaço como unidades distintas, facilitando sua análise e compreensão.

Além disso, a regionalização desempenha papel fundamental no planejamento territorial. Ao organizar o espaço em regiões, o poder público e instituições privadas conseguem elaborar políticas e projetos mais adequados à realidade local, considerando fatores como população, infraestrutura e condições socioeconômicas.

► Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil apresenta grande diversidade natural, social e econômica, o que torna essencial a escolha criteriosa dos parâmetros utilizados na regionalização. Cada região possui particularidades próprias, o que exige diferentes abordagens para sua análise.

Os principais critérios utilizados incluem aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia e vegetação, bem como fatores sociais, econômicos e culturais. Dessa forma, é possível estabelecer diferentes tipos de regionalização, como regiões industriais, demográficas ou de uso do solo.

► As Regiões Geoeconômicas

A regionalização geoeconômica foi proposta na década de 1960 pelo geógrafo Pedro Geiger, com o objetivo de compreender as desigualdades econômicas e sociais do Brasil. Essa divisão considera o nível de desenvolvimento como principal critério.

Características das Regiões Geoeconômicas

Amazônia

Caracteriza-se pela baixa densidade populacional e pela predominância de atividades extrativistas. Nas últimas décadas, tem enfrentado intenso processo de desmatamento devido à expansão agropecuária.

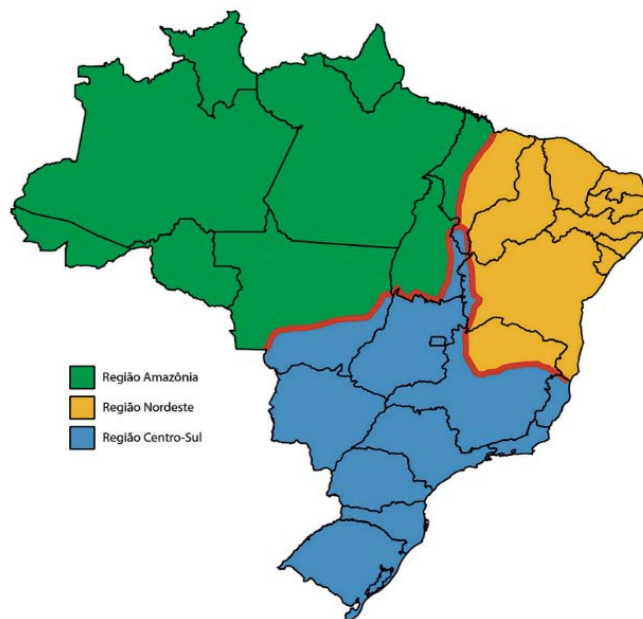
Nordeste

Apresenta forte desigualdade socioeconômica e histórico de concentração de terras e poder político nas mãos de elites agrárias.

Centro-Sul

Destaca-se pela elevada concentração industrial, urbana e populacional, além de grande diversidade de atividades econômicas.

Essa divisão permite identificar diferentes níveis de desenvolvimento no território nacional. Entretanto, seus limites não coincidem com os dos estados e podem se alterar conforme mudanças econômicas.



https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/ensino_fundamental/geografia-o-conceito-de-regionalizacao-e-as-regionalizacoes-do-brasil/

► Outras Propostas de Regionalização

Além da proposta geoeconômica, outros geógrafos desenvolveram modelos alternativos de divisão do território brasileiro.

¹ FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.

TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

AMOSTRA

Proposta de Roberto Lobato Corrêa

Divide o Brasil em três regiões: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul, respeitando os limites dos estados.

Proposta de Milton Santos e Maria Laura Silveira

Organiza o território em quatro regiões: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Região Concentrada, com base no desenvolvimento técnico-científico e informacional.

Essa abordagem evidencia o papel da tecnologia e da informação na organização do espaço e nas desigualdades territoriais.

► As Regiões do Brasil ao Longo do Tempo

A regionalização brasileira passou por diversas transformações ao longo do século XX, acompanhando mudanças políticas, econômicas e territoriais.

Evolução Histórica

Para compreender essa evolução, é importante observar os principais momentos:

- **Década de 1940:** divisão em cinco regiões (Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro), baseada em critérios físicos e socioeconômicos.
- **Década de 1950:** criação de territórios federais e alterações nos limites regionais.
- **Década de 1960:** mudanças relacionadas à criação de Brasília e reorganização territorial.
- **Década de 1970:** definição do modelo atual com cinco regiões, incluindo o Sudeste.
- **Década de 1980:** ajustes administrativos, como criação de novos estados.

Essas mudanças refletem a dinâmica do espaço geográfico e as transformações decorrentes das ações humanas.

► A Regionalização Oficial Atual

A divisão regional vigente foi consolidada em 1990 pelo IBGE, incorporando alterações estabelecidas pela Constituição de 1988, como a criação de novos estados.

Embora seja amplamente utilizada, essa regionalização apresenta limitações, pois segue os limites políticos dos estados e nem sempre corresponde às características naturais e culturais das regiões.

Um exemplo disso é o Maranhão, que possui características próximas à região Norte, mas é oficialmente classificado como parte do Nordeste.



<http://alunosonline.uol.com.br/geografia/regionalizacao-brasil.html>

► Região e Planejamento

A regionalização é essencial para o planejamento de políticas públicas, especialmente em um país marcado por fortes desigualdades regionais.

A concentração industrial no Sudeste gerou disparidades significativas em relação a outras regiões, como o Nordeste e a Amazônia. Para enfrentar esse cenário, o governo implementou políticas de desenvolvimento regional.

Principais Estratégias de Desenvolvimento

As políticas públicas buscaram reduzir desigualdades por meio de ações estruturais:

- Implantação de infraestrutura (energia, transporte e saneamento).
- Incentivos fiscais para atrair investimentos privados.
- Criação de órgãos de desenvolvimento regional, como Sudene e Sudam.

Essas medidas tinham como objetivo promover a desconcentração econômica e ampliar oportunidades de emprego.

► O Estado Brasileiro e o Planejamento Regional

O processo de industrialização iniciado na década de 1930 transformou profundamente o Brasil, substituindo o modelo agroexportador por uma economia urbano-industrial.

Esse processo intensificou a integração entre as regiões, mas também evidenciou desigualdades, especialmente entre o Sudeste e o Nordeste, que passou a fornecer mão de obra para os centros industriais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INFORMÁTICA. TIPOS DE COMPUTADORES, CONCEITOS DE HARDWARE E DE SOFTWARE, INSTALAÇÃO DE PERIFÉRICOS

FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA

- **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).
- **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.
- **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.
- **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.
- **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.
- **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).
- **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

TIPOS DE COMPUTADORES

- **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

- **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.
- **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.
- **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.
- **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.
- **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.
- **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS E FERRAMENTAS

O uso das tecnologias de informática envolve o domínio de ferramentas e aplicativos que otimizam a produtividade e a comunicação. A seguir, destacamos algumas das principais áreas e suas aplicações:

Sistemas Operacionais

Os sistemas operacionais fornecem a base para a utilização do computador e outros dispositivos. Entre suas principais funções, destacam-se:

- Gerenciamento de arquivos e pastas (explorador de arquivos);
- Gerenciamento de processos e aplicativos em execução;
- Configuração de dispositivos e redes.

Aplicativos de Escritório

Os pacotes de produtividade, como o Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint) e o Google Workspace (Docs, Sheets, Slides), são amplamente utilizados para criação de documentos, planilhas e apresentações.



AMOSTRA

- **Processadores de Texto:** Softwares como Microsoft Word e Google Docs permitem a edição e formatação de textos, além da inclusão de imagens, tabelas e gráficos.
- **Planilhas Eletrônicas:** Ferramentas como Excel e Google Sheets possibilitam cálculos, organização de dados e criação de gráficos interativos.
- **Apresentações:** Softwares como PowerPoint e Google Slides são utilizados para elaborar apresentações visuais com animações, imagens e textos.

Navegadores de Internet e Segurança Digital

Os navegadores de internet, como Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge e Safari, permitem acessar páginas da web e serviços online. Para uma navegação segura, é importante seguir boas práticas, como:

- Atualizar constantemente os navegadores e sistemas operacionais;
- Evitar acessar sites não confiáveis;
- Utilizar senhas fortes e ativar a autenticação em dois fatores.

E-mails e Comunicação Digital

O correio eletrônico (e-mail) é uma ferramenta essencial para comunicação pessoal e profissional. Alguns serviços populares incluem Gmail, Outlook e Yahoo Mail. Além do e-mail, outras plataformas de comunicação digital são:

- **Redes Sociais:** Facebook, LinkedIn, Twitter, Instagram;
- **Mensageiros Instantâneos:** WhatsApp, Telegram, Microsoft Teams.

Armazenamento em Nuvem

Os serviços de armazenamento em nuvem permitem salvar e compartilhar arquivos remotamente, garantindo acesso de qualquer lugar com conexão à internet. Exemplos incluem:

- Google Drive;
- Dropbox;
- OneDrive.

Ferramentas de Segurança e Proteção de Dados

A segurança da informação é um aspecto fundamental da informática. Algumas práticas e ferramentas importantes incluem:

- **Antivírus:** Softwares como Avast, Kaspersky e Windows Defender ajudam a proteger contra ameaças virtuais.
- **Firewall:** Filtra e bloqueia acessos não autorizados à rede.
- **Criptografia de Dados:** Protege informações sigilosas por meio de codificação.

Procedimentos de Informática

O uso adequado das ferramentas tecnológicas requer a aplicação de procedimentos básicos que garantam a eficiência e a segurança digital. Entre os principais procedimentos, destacam-se:

- **Organização de Arquivos e Pastas:** Manter uma estrutura de diretórios bem organizada facilita a localização e recuperação de informações.
- **Backup de Dados:** Realizar cópias de segurança regularmente evita perdas em caso de falhas no sistema.
- **Atualizações de Software:** Manter sistemas operacionais e aplicativos sempre atualizados melhora a segurança e o desempenho.
- **Manutenção Preventiva de Computadores:** Inclui limpeza física e digital dos dispositivos para garantir maior durabilidade e eficiência.

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

► Hardware e software**Partes física e lógica do sistema**

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware

NOÇÕES BÁSICAS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB Nº 9.394/96: PRINCÍPIOS, FINS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL; NÍVEIS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV – garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas

AMOSTRA

de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

XIII - água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas no ambiente escolar. (Incluído pela Lei nº 15.276, de 2025)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

§ 6º Incumbe ao poder público promover, nos termos de regulamento, o acesso público às informações educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica, considerado todo o processo de realização dessas atividades. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 7º A organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito da administração direta e indireta, sujeitar-se-ão ao dever de transparência e publicidade como preceitos gerais e ao direito fundamental de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 8º Dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, sempre que possível, de forma anonimizada, observados os parâmetros para anonimização previstos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 5º-A Aplica-se o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 5º desta Lei às informações educacionais do censo, dos exames e do sistema de avaliação da educação superior. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL - SUA HISTÓRIA

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO PRÁTICA HISTÓRICA, SOCIAL E EDUCATIVA

A Educação Física no Brasil possui uma história marcada por mudanças de ideias, finalidades e práticas. Ao longo do tempo, ela deixou de ser compreendida apenas como exercício corporal, ginástica, treinamento físico ou prática esportiva e passou a ser reconhecida como uma área educativa relacionada à cultura, à saúde, à expressão, ao lazer, à convivência e à formação integral. Essa trajetória mostra que a forma como a sociedade entende o corpo influencia diretamente a maneira como a Educação Física é ensinada nas escolas.

A história da Educação Física não pode ser separada da história do próprio país. Em diferentes períodos, o Brasil viveu mudanças políticas, sociais, científicas e culturais que interferiram na organização da escola e nas concepções sobre corpo, movimento e educação. Em alguns momentos, predominou a ideia de formar corpos fortes, disciplinados e saudáveis. Em outros, valorizou-se o esporte competitivo e o rendimento. Mais recentemente, ampliou-se a compreensão de que a Educação Física deve trabalhar as práticas corporais como manifestações culturais e possibilidades de participação de todos os estudantes.

Durante muito tempo, o corpo foi visto principalmente como algo a ser controlado, corrigido e preparado. A postura, a força, a resistência, a obediência e a disciplina eram valorizadas. Essa visão estava ligada a preocupações médicas, militares e morais. A escola, nesse contexto, tinha a função de formar indivíduos saudáveis, obedientes, produtivos e capazes de servir à sociedade conforme os padrões esperados. A Educação Física, então, era usada como instrumento de ordem e preparação física.

Com o avanço das ideias higienistas, o corpo passou a ser associado à saúde pública. A prática de exercícios era defendida como meio de prevenir doenças, melhorar hábitos corporais e fortalecer a população. Essa influência foi importante para valorizar a presença da atividade física na escola, mas também trouxe uma visão limitada, pois muitas vezes tratava todos os corpos como se devessem seguir o mesmo padrão. A diversidade corporal, os aspectos culturais do movimento e as experiências individuais dos estudantes eram pouco considerados.

A influência militar também foi forte na história da Educação Física brasileira. A ginástica, os exercícios ordenados, a marcha, a postura e a obediência fizeram parte de uma concepção em que o corpo deveria ser treinado e disciplinado. O objetivo não era apenas promover saúde, mas formar sujeitos fortes, controlados e preparados para defender a nação. Essa perspectiva contribuiu para organizar práticas corporais na escola, mas reforçou uma visão rígida e autoritária do corpo.

Com o tempo, o esporte ganhou grande espaço nas aulas de Educação Física. Modalidades como futebol, voleibol, basquete, handebol e atletismo passaram a ocupar lugar de destaque. O esporte trouxe contribuições importantes, como aprendizagem de regras, cooperação, socialização, respeito ao adversário e desenvolvimento de habilidades motoras. Porém, quando trata-se apenas pela lógica do rendimento e da competição, também produziu exclusões. Estudantes mais habilidosos eram valorizados, enquanto os que apresentavam dificuldades muitas vezes ficavam à margem das aulas.

A partir de movimentos de renovação pedagógica, surgiram críticas às concepções tradicionais da Educação Física. Passou-se a questionar a ideia de que a área deveria servir apenas para disciplinar corpos, melhorar aptidão física ou selecionar talentos esportivos. Novas abordagens defenderam que a Educação Física escolar deveria contribuir para a formação crítica, cultural e integral dos estudantes, valorizando jogos, brincadeiras, danças, lutas, ginásticas, esportes, práticas de aventura e outras manifestações da cultura corporal.

A Educação Física passou, então, a ser entendida como componente curricular, com conhecimentos próprios e objetivos educativos. Isso significa que suas aulas não devem ser vistas como simples momento de recreação ou gasto de energia. Elas são oportunidades de aprendizagem sobre o corpo, o movimento, a cultura, a saúde, o respeito às diferenças, o trabalho coletivo, a expressão e a participação social. O estudante não apenas se movimenta; ele aprende com, sobre e por meio do movimento.

Na perspectiva atual, a Educação Física precisa ser inclusiva. Todos os estudantes devem participar, independentemente de habilidade, força, velocidade, peso, deficiência, gênero, experiência anterior ou preferência esportiva. A aula não deve privilegiar apenas os mais aptos fisicamente. Deve oferecer diferentes formas de participação e ampliar o repertório corporal de todos. Uma prática pedagógica democrática reconhece que cada corpo tem sua história, suas possibilidades e seus limites.

Compreender a história da Educação Física no Brasil é importante porque ajuda a perceber que muitas práticas atuais ainda carregam marcas do passado. A valorização excessiva da competição, a exclusão dos menos habilidosos, a separação rígida por gênero, a repetição mecânica de exercícios e a ideia de que a aula serve apenas para “cansar” os estudantes são exemplos de concepções que precisam ser superadas. Ao conhecer essa trajetória, o professor pode construir práticas mais conscientes e significativas.

PRIMEIRAS INFLUÊNCIAS: CORPO, HIGIENE, DISCIPLINA E FORMAÇÃO FÍSICA

As primeiras influências da Educação Física no Brasil estiveram ligadas à preocupação com o corpo, a higiene, a disciplina e a formação física. Antes de ser reconhecida como componente curricular com objetivos pedagógicos próprios, a Educação Física



AMOSTRA

era frequentemente associada à necessidade de formar corpos saudáveis, fortes, obedientes e preparados para as exigências sociais da época. Essa compreensão refletia valores médicos, militares e educacionais presentes em determinados períodos da história brasileira.

Nos períodos iniciais de sua formação, a escola brasileira recebeu influência de ideias que relacionavam educação e controle do corpo. O corpo do estudante era visto como algo que precisava ser corrigido, alinhado e disciplinado. A postura correta, os movimentos ordenados, a obediência aos comandos e a repetição de exercícios eram valorizados. A Educação Física, nesse contexto, era menos uma experiência de expressão e mais uma prática de organização, controle e formação de hábitos.

A preocupação com a higiene teve grande importância na consolidação das práticas corporais. Em uma sociedade marcada por problemas de saúde pública, doenças, urbanização desordenada e precariedade de saneamento, o discurso médico-higienista defendia a adoção de hábitos saudáveis como forma de melhorar a população. A prática de exercícios físicos era vista como uma maneira de fortalecer o corpo, prevenir doenças, melhorar a postura e criar hábitos de disciplina corporal.

Essa visão higienista aproximou a Educação Física da medicina. Médicos e intelectuais defendiam que a escola deveria cuidar do corpo das crianças e jovens, não apenas de sua instrução intelectual. A atividade física passou a ser apresentada como instrumento de saúde, prevenção e desenvolvimento físico. Essa contribuição foi importante para valorizar o corpo dentro da educação, mas também trouxe limites, pois muitas vezes reduziu a Educação Física a uma função corretiva e biologizante.

A ginástica foi uma das práticas mais valorizadas nesse período. Ela era vista como meio de desenvolver força, flexibilidade, coordenação, postura e disciplina. As aulas costumavam ser organizadas por exercícios repetitivos, comandos, filas, movimentos sincronizados e controle do comportamento. A ginástica, naquele momento, não era pensada principalmente como linguagem corporal ou prática cultural, mas como técnica de formação física e moral.

A disciplina era um valor central. O bom aluno, nessa perspectiva, era aquele que seguia ordens, mantinha postura adequada, executava movimentos corretamente e demonstrava controle do corpo. A Educação Física contribuía para formar comportamentos considerados desejáveis. O movimento não era livre nem expressivo; era regulado por comandos e padrões.

A formação moral também aparecia associada à formação física. Acreditava-se que o exercício poderia desenvolver coragem, perseverança, obediência, autocontrole e disposição para o trabalho. O corpo forte era associado a uma mente disciplinada e a um caráter adequado. Essa ideia mostrava como a Educação Física era utilizada para formar determinados tipos de sujeitos, conforme os valores sociais predominantes.

A influência europeia também esteve presente. Métodos ginásticos desenvolvidos em países europeus inspiraram práticas adotadas em instituições brasileiras. Esses métodos valorizavam exercícios sistematizados e objetivos específicos de formação corporal. A importação dessas referências mostra que a Educação Física brasileira não nasceu isolada, mas em diálogo com ideias internacionais sobre corpo, saúde e educação.

É importante reconhecer que essas primeiras influências tiveram contribuições e limitações. Como contribuição, ajudaram a inserir a preocupação com o corpo na escola e defenderam a

importância da atividade física para a saúde. Em uma educação muitas vezes centrada apenas na leitura, escrita e memorização, a valorização do corpo representou um avanço. O estudante passou a ser visto também em sua dimensão física.

Por outro lado, as limitações eram significativas. O corpo era tratado de forma padronizada, como se todos devessem alcançar o mesmo modelo de força, postura e comportamento. Pouco se consideravam as diferenças individuais, culturais, sociais e corporais. Crianças e jovens que não se enquadravam nos padrões esperados podiam ser vistos como inadequados, fracos ou indisciplinados.

Outra limitação era a pouca valorização do prazer, da brincadeira e da expressão. A Educação Física, nesse contexto, estava muito ligada ao controle e à correção. O movimento espontâneo, a criatividade corporal, as brincadeiras populares e as manifestações culturais nem sempre eram reconhecidos como conteúdos educativos relevantes. O foco estava mais na formação de hábitos e na disciplina.

A separação de papéis entre meninos e meninas também marcou parte dessa história. Em muitos momentos, as práticas corporais eram orientadas por ideias de gênero. Esperava-se que meninos desenvolvessem força, coragem e vigor, enquanto meninas eram direcionadas a práticas consideradas delicadas ou compatíveis com papéis sociais atribuídos à mulher. Essa divisão reforçava desigualdades e limitava experiências corporais.

Apesar dessas limitações, as primeiras influências ajudaram a construir a presença da Educação Física na escola brasileira. Elas indicam que, desde o início, a área esteve relacionada a projetos de sociedade. O modo de educar o corpo revelava expectativas sobre saúde, disciplina, moralidade, produtividade e cidadania.

Com o passar do tempo, novas concepções começaram a questionar esse modelo. A Educação Física passou a ser pensada não apenas como treinamento do corpo, mas como prática educativa, cultural e social. Ainda assim, muitos vestígios das primeiras influências permaneceram por décadas e, em alguns casos, ainda aparecem em práticas escolares atuais.

A INFLUÊNCIA MILITAR E MÉDICO-HIGIENISTA

A Educação Física no Brasil foi profundamente influenciada por duas grandes perspectivas históricas: a militar e a médico-higienista. Essas influências ajudaram a inserir as práticas corporais no ambiente escolar, mas também marcaram a área com uma visão de corpo voltada à disciplina, à ordem, à saúde física e à padronização. Para compreender a história da Educação Física brasileira, é necessário entender como essas concepções atuaram na formação de suas práticas e objetivos.

A influência médico-higienista surgiu associada à preocupação com a saúde da população. Em períodos de urbanização, crescimento das cidades e problemas sanitários, médicos e intelectuais passaram a defender hábitos considerados saudáveis. A escola foi vista como lugar estratégico para formar crianças e jovens com corpos mais fortes, resistentes e saudáveis. Nesse contexto, a Educação Física era entendida como meio de prevenir doenças, corrigir posturas, melhorar a respiração, fortalecer músculos e desenvolver hábitos corporais.

O higienismo não se limitava à saúde individual. Ele também expressava um projeto de organização social. Acreditava-se que uma população saudável seria mais produtiva, disciplinada e útil ao país. O corpo do estudante era visto como parte de um